

PORTUGUESES E AFRICANOS
EM ANGOLA NO SÉCULO XVII:
PROBLEMAS DE REPRESENTAÇÃO E DE
COMUNICAÇÃO A PARTIR DA
*HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS ANGOLANAS**

MATHIEU MOGO DEMARET**

1 Introdução

A partir do final do século XVI, Luanda e o seu *hinterland* encontraram-se na confluência das rotas comerciais africanas e das rotas marítimas atlânticas. Consequentemente, teceu-se nessa zona geográfica um complexo jogo de relações e de interacções que representou um exemplo singular de continuidade de contactos entre populações africanas e europeias.

Ao mesmo tempo que a população vinda da Europa se foi fixando e que os colonos foram progredindo no sertão, ocorreu um fenómeno de acumulação de experiência e de conhecimento no que concerne às relações com as entidades políticas africanas. À medida que iam acumulando saberes sobre Angola, os portugueses iam efectuando constantes ajustes estratégicos. Para satisfazerem os seus objectivos políticos e comerciais, tanto os representantes do poder central, nomeados por Lisboa, como os colonos, foram obrigados a experimentar soluções para entrarem em contacto e depois comunicarem com os africanos daquela zona. Se é certo que muitas vezes as relações luso-africanas se situaram no terreno militar, também se sabe que existiu um determinado espaço para a negociação.

** Ecole Pratique des Hautes Etudes – Paris, bolsheiro FCT.

* Neste texto, não utilizamos o termo Angola na sua acepção contemporânea. Angola designa aqui a região que, abrange Luanda e o vale do Cuanza até Cambambe. Este território é delimitado a Norte pelo rio Dande, e a Sul pelo rio Cuanza.

Nesta perspectiva, *História Geral das Guerras Angolanas*, da autoria de António de Oliveira de Cadornega, constitui um testemunho fundamental sobre a realidade angolana do século XVII. Neste texto, em que são relatados os feitos militares dos portugueses no início do processo de colonização de Angola, predomina a ideia de conquista. Intimamente ligada as noções de reconquista e de evangelização¹ e característica do discurso político do Antigo Regime, esta ideia coabita com a criação dum sistema coerente de designação dos africanos, ao qual o autor recorre para proceder à descrição dos encontros e das embaixadas políticas e comerciais entre portugueses e africanos. Dispomos assim de um conjunto de informações sobre a forma e as mediações que estes dois mundos, tão diferentes em termos de representações simbólicas, políticas e comerciais, utilizaram para comunicar.

A partir da interpretação do discurso produzido por Cadornega na *História Geral das Guerras Angolanas*, pretendemos confrontar a construção da imagem do africano com a experiência concreta do contacto entre europeus e africanos no terreno.

Passamos, numa primeira parte, a apresentar o autor de *História...* e a fazer uma breve introdução à obra. Desta forma, procuraremos enquadrar a obra no seu contexto histórico e literário, e apontar algumas das suas características. Numa segunda parte, pretendemos analisar o sistema de representação utilizado para designar os africanos. Por fim, estudaremos o significado dos encontros diplomáticos e comerciais entre europeus e africanos.

1.1 O autor

Para melhor se entender o significado e a natureza da *História Geral das Guerras Angolanas*², convém traçar sucintamente o perfil do seu autor. Importa saber quem era e o que representava social e ideologicamente no panorama colonial angolano do século XVII.

António Oliveira Cadornega nasceu provavelmente em 1624³. Chegou a Angola em 1639 com o governador Pedro César de Meneses⁴. Supõe-se que

¹ Sobre este assunto, ver por exemplo Charles Ralph BOXER, *O Império Marítimo Português, 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 1981 ou Luís Filipe THOMAZ, Jorge Santos ALVES “Da Cruzada ao Quinto Império”, in *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 81-164.

² Esta obra não foi publicada antes de 1902 e nesse ano só o foi parcialmente. A sua primeira publicação integral data de 1940-1941. Houve uma segunda edição em 1972, fac-similada da edição de 1940.

³ António Oliveira de CADORNEGA, *Descrição de Vila Viçosa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, p. I.

⁴ António Oliveira de CADORNEGA, *História Geral das Guerras Angolanas*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1972, 3 vols., 1º tomo, p. 7.

teria os seus 15 anos. Era natural de Vila Viçosa, no Alentejo. Na dedicatória que, no início do seu relato, dirige a D. Pedro II, rei de Portugal⁵, relembra que seu bisavô paterno fora criado da casa real, que seu avô fora cavaleiro fidalgo da casa real, que o seu tio-avô fora cativo em África⁶ e depois nomeado vigário geral da vila de Olinda. Acrescenta ainda que seu pai desempenhara o cargo de oficial maior da fazenda real em Buenos Aires, tendo sido preso ao largo das costas angolanas quando da sua viagem de regresso a Portugal. Através destas informações, destaca, por um lado, a sua ligação aos duques de Bragança pela família de seu pai e, por outro a existência de uma certa experiência ultramarina neste mesmo ramo da sua família. Foram certamente estes antepassados que permitiram que António de Cadornega e o seu irmão, Manuel Correia de Cadornega, embarcassem com Pedro César de Meneses para Angola. De sua mãe, Antónia Simões Correia, não faz menção. Isso explicar-se-á certamente pelo facto de o tribunal da Inquisição a ter acusado de ser de ascendência cristã-nova, no final de 1661 e no início de 1662⁷, tendo ela vindo a morrer na cadeia em 1665. Ilídio do Amaral⁸ adianta a origem cristã-nova de Cadornega para explicar o facto de este ter ido tão novo para Angola, quando o seu pai tencionava que ele fizesse estudos superiores. Tal escolha teria sido motivada pela vontade paterna de o ajudar a escapar de uma eventual perseguição por parte do tribunal da Inquisição. Ainda na dedicatória, Cadornega menciona as ambições do pai a seu respeito mas alega que a sua ida para Angola foi motivada pela falta de recursos familiares⁹.

Durante a sua vida em Angola, Cadornega desempenhou várias funções militares e administrativas de destaque. Viveu e participou na luta que os portugueses travaram contra a ocupação holandesa de Luanda, entre 1641 e 1648. Em Agosto de 1641, quando a Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa¹⁰ se apoderou de Luanda, fugiu para o sertão com o governador Pedro César de Meneses e os demais colonos portugueses que se encontravam naquela cidade. Durante

⁵ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, pp. 4 segs.

⁶ No discurso de Cadornega, o termo *África* designa a actual África do norte. Ao continente africano, chama Etiópia.

⁷ António Oliveira de CADORNEGA, *Descrição...*, cit., pp. II segs.

⁸ Ilídio do AMARAL, *O rio Cuanza* (Angola), da barra a Cambambe : reconstituição de aspectos geográficos e acontecimentos históricos dos séculos XVI e XVII, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.

⁹ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, HGGA 1, p. 8.

¹⁰ A partir de agora, passaremos a designar esta companhia pela sigla WIC. A Westindische Compagnie (WIC) foi uma companhia comercial neerlandesa criada em 1621. Os Estados Gerais das Províncias-Unidas tinham-lhe concedido o monopólio da navegação e do comércio na América e na costa ocidental africana. Charles Ralph BOXER, *The Dutch Seaborne Empire*, Londres, Pelican Books, 1988, p. 27. Sobre este assunto ver também Henk den HEIJER, *De Geschiedenis van de WIC*, Zutphen, Walburg Pers, 2002.

a ocupação neerlandesa de Luanda, permaneceu no sertão, em Massangano¹¹. Depois da tomada de Luanda por Salvador Correia de Sá e Benevides e da expulsão da WIC de Luanda, ainda ali permaneceu durante vários anos. Segundo afirma, morou cerca de trinta anos em Massangano¹² onde ocupou cargos na câmara daquela vila, tendo assim tido acesso à documentação administrativa daquela zona. Durante este período, também participou activamente no comércio de escravos. Nos anos 1670, mudou-se para Luanda, onde ocupou funções administrativas na câmara Municipal. Nunca voltou a Portugal e supõe-se que morreu em Angola, por volta de 1690.

1.2 A obra

A História Geral das Guerras Angolanas foi escrita no final dos anos 1670 e no início dos anos 1680. Começa por uma dedicatória ao rei de Portugal¹³. Destinava-se também a leitores portugueses, como consta da dedicatória dirigida ao leitor, e como nos levam a pensar as descrições extremamente detalhadas dos lugares, das pessoas e dos costumes africanos. Ao longo da obra, são relatados essencialmente os feitos militares dos portugueses de Angola, desde a chegada de Paulo Dias de Novais a Luanda, em 1575, até ao governo de Aires de Saldanha de Meneses e Sousa, que desempenhou as suas funções de 1676 a 1679.

A História... encontra-se organizada em 3 tomos. Os dois primeiros estão divididos em partes, e essas partes em capítulos. O terceiro tomo está apenas dividido em partes, supondo-se que a ausência de divisão em capítulos é devida ao facto de o autor não ter terminado a obra¹⁴.

Os dois primeiros tomos seguem o desenrolar cronológico das campanhas militares portuguesas, no período acima referido. No primeiro tomo é descrito o período 1575-1639, anterior à chegada de Cadornega a Angola. As descrições deste tempo são naturalmente menos desenvolvidas do que as que se referem ao restante período abrangido pelo relato. Além disso, esta parte contém numerosos erros factuais e cronológicos, que se podem explicar pelo facto de os arquivos da câmara de Luanda terem desaparecido durante a fuga dos portugueses depois da ocupação de Luanda pelos neerlandeses, em Agosto de 1641¹⁵. O primeiro

¹¹ Massangano era um presídio português situado a cerca de 150 km de Luanda (40 léguas, segundo estimativas da época), na confluência dos rios Cuanza e Lucala. Era um ponto chave da colónia de Angola, porque assegurava a ligação entre as rotas comerciais do sertão e Luanda.

¹² António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 3º tomo, p. 121.

¹³ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 3.

¹⁴ Beatrix Heintze também formula a hipótese de haver existido um quarto tomo que desapareceu ou que não chegou a ser escrito. Beatrix HEINTZE, *Studien zur Geschichte Angolas im 16. und 17. Jahrhundert*, Colónia, Rüdiger Köppe Verlag, 1996, pp. 48-58.

¹⁵ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. IX, p. 73, p. 272.

tomo também contém a descrição do período de ocupação neerlandesa de Luanda. Este longo trecho, elaborado a partir do ponto de vista dos portugueses que se encontravam no sertão angolano, constitui um dos raros testemunhos, em primeira mão, sobre este episódio histórico. Dá-nos uma ideia relativamente pormenorizada da condição portuguesa em Angola naquela época, e da forma como se coabitava ou se combatia as estruturas africanas.

O segundo tomo começa com a descrição da retomada de Luanda pelos portugueses, abordada a partir do ponto de vista de um observador que se encontrasse na frota de Salvador Correia de Sá e Benevides. Abrange o período que se estende de 1648 a 1676. São relatadas as acções de numerosos governadores oriundos do Brasil, ou que desempenharam um papel político importante naquele território, nomeadamente Salvador Correia de Sá e Benevides, Luís Martins de Sousa Chichorro, João Fernandes Vieira, André de Vidal Negreiros. Com efeito, o facto não é de admirar visto ser este período dominado pelo reforço das relações entre as duas colónias portuguesas do Atlântico sul. De um ponto de vista das interacções com os poderes africanos, importa destacar alguns elementos significativos mencionados na narrativa : as relações com o Congo, que culminaram com a derrota e a morte de D. António I do Congo em Ambuíla em 1665; as relações com Nzinga, marcadas pela sua conversão ao catolicismo em 1655 e a sua morte em 1663; e também as crescentes relações com Cassanji, intermediário essencial no comércio de escravos, a partir da segunda metade do século XVII. Este segundo tomo menciona igualmente encontros com chefes africanos de menor importância.

O terceiro tomo não obedece ao mesmo padrão de organização. Não segue assim uma lógica cronológica, mas sim geográfica. Partindo de Luanda, Cadornega sobe o rio Cuanza, fornecendo uma descrição pormenorizada dos lugares, nomeadamente dos rios e dos presídios portugueses do sertão, assim como dos povos mais importantes de Luanda e do seu *hinterland*. Importa sublinhar que, por conter também referências a embaixadas e descrições dos povos africanos, este tomo é tão importante como os dois restantes para o estudo da questão das relações entre portugueses e entidades africanas.

Para a construção do seu relato Cadornega apela para várias fontes : a sua própria experiência, as narrações dos chamados “*conquistadores antigos*”¹⁶, nomeadamente do seu sogro Fernão Guerreiro, capitão do Cuanza, e também dos missionários que iam para o sertão angolano¹⁷. Podemos igualmente supor que

¹⁶ Ao longo dos séculos XVI e XVII, o termo de conquistador antigo, conheceu uma evolução semântica. Os primeiros conquistadores antigos eram os colonos que tinham vindo a Angola com Paulo Dias de Novais no final do século XVI, e que tinham participado na primeira fase de conquista do território. Na segunda metade do século XVII, o termo passou a designar os colonos que tinham combatido a WIC e que tinham contribuído para expulsar os neerlandeses de Luanda.

¹⁷ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 9.

algumas informações terão sido obtidas através da retranscrição da tradição oral de certos povos africanos.

1.3 O discurso de Cadornega

Depois de termos apresentado o autor e a obra dum ponto vista factual, convém que nos debrucemos sobre o discurso produzido por Cadornega. Pretendemos desta forma fornecer elementos sobre o objectivo e o significado desse discurso e sobre o seu enquadramento ideológico.

Na dedicatória dirigida a D. Pedro II, é afirmada a intenção de fornecer uma descrição das batalhas travadas pelos governadores e capitães gerais portugueses em Angola¹⁸. Na dedicatória dirigida ao leitor, é também lembrado que ainda não existe nenhum relato sobre a conquista de Angola pelos portugueses : “ (...) *só dos Reinos de Angola e suas Conquistas onde havia tanto que escrever, onde não houve menos sucessos prosperos e adversos, depois que foi descoberto e se começou a Conquistar até o presente, sem haver quem tomasse esta empresa a sua conta, e por não ficarem cousas de tanta consideração em esquecimento, o que obrarão os Portugueses em o serviço da Coroa de Portugal, e exaltação da Santa Fé Catholica entre tantos barbaros idolatras inimigos de sua Santa Lei me dispuz a fazer este compendio que assim se pode chamar pello muito que se podia escrever (...)*”¹⁹.

Esta citação sintetiza o papel que Cadornega entende conferir à sua obra. Ao escrever *História Geral das Guerras Angolanas*, o autor pretende pois preencher um vazio e põe em evidência o desejo de criar uma obra épica para relatar os factos e enaltecer os feitos dos portugueses em Angola, fornecendo a este território uma obra que lembre as que já existem relativamente à Índia e ao Brasil. Ao atribuir uma dimensão pioneira ao seu trabalho, Cadornega aspira a inserir-se no panorama literário da Expansão portuguesa. O intento de desempenhar o papel de cronista e de historiador evidencia-se no próprio título da obra e nas numerosas referências às crónicas dos reis de Portugal e de Espanha.

Do ponto de vista do enquadramento ideológico, Cadornega refere a utilização de obras de diferentes naturezas. Do conjunto do relato sobressai um discurso político estruturado por duas ideias predominantes : em primeiro lugar a ideia de conquista, que se situa na continuidade do discurso da reconquista da península ibérica e que está associada à ideia de evangelização do gentio, nomeadamente através da utilização de conceitos característicos da época medieval e renascentista; em segundo lugar, a afirmação da independência de Portugal em relação a Espanha.

¹⁸ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 3.

¹⁹ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 9.

Ao longo do texto, surgem referências a obras da Antiguidade, do Renascimento espanhol, português e italiano, e a obras da literatura portuguesa da Expansão. A quantidade considerável de referências a obras eruditas destaca contradições na forma como circulavam as ideias e as informações em Angola : se por um lado temos a prova de que um número importante de obras literárias e políticas lá circulavam, por outro ficamos também a saber que a produção literária era extremamente limitada, sobretudo se considerarmos que a *História Geral da Guerras Angolanas* é um dos raros relatos de que dispomos sobre a realidade angolana do século XVII.

No início do primeiro tomo²⁰, no final do mesmo tomo²¹ e na primeira metade do terceiro tomo²², Cadornega faz uma lista das obras e dos autores em que se baseou para redigir o seu relato. Textos de cariz político, militar e religioso são assim nomeados. Entre os escritos e os autores mais significativos da Antiguidade a que faz alusão, podemos citar Séneca²³ e os *Comentários* de Júlio César²⁴. São também referidos autores de crónicas históricas e religiosas tais como Fr. Bernardo Brito e Fr. António Brandão, autores da *Monarquia Lusitana* e da *Crónica de Cister*, ou ainda Duarte Nunes de Leão, Pedro Maris, António de Herrera, Mariana e Garivay, autores ou recompiladores de crónicas dos reis de Portugal e de Espanha. Cadornega também se reportou a autores significativos da literatura do Renascimento português, tais como Luís de Camões, Sá de Miranda e Fernão Mendes Pinto, ou do Século de Ouro espanhol tal como Lope de Vega²⁵. Quanto à literatura portuguesa da época da Expansão, existem referências às obras de Pedro Maris para a África do Norte, Diogo do Couto, João de Barros, Afonso de Albuquerque e Manuel de Faria e Souza sobre a Índia e Francisco de Brito Freire para o Brasil.

A despeito das informações aproximativas nela contidas, tanto a nível cronológico como a nível espacial, é facto aceite que *História Geral da Guerras Angolanas* constitui um trabalho de grande valor histórico. O seu interesse reside no seu carácter duplo : por um lado, é uma obra singular no panorama literário angolano do século XVII; por outro lado, é um trabalho emblemático e significativo da realidade política e ideológica daquele território.

A sua singularidade está patente em vários aspectos. É singular porque é praticamente o único documento histórico daquela época a não ter sido redigido por missionários. É singular pela erudição do seu autor e pela coerência do discurso produzido. É singular ainda quanto à capacidade de adaptação de elementos do

²⁰ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, pp. 8-11.

²¹ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, pp. 539-545.

²² António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 3º tomo, pp. 109-110.

²³ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 4.

²⁴ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 9.

²⁵ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, pp. 539-541.

discurso político português da época, isto é, na manifesta lealdade para com a casa de Bragança e na justificação da colonização através da utilização da ideia de reconquista no contexto angolano.

O seu carácter emblemático no que toca à realidade colonial da Angola dessa época, procede da própria experiência de quem a redige. Os longos anos que Cadornega passou no sertão, em Massangano, como militar, funcionário da administração colonial e como comerciante, modelaram o seu sistema de pensamento. O Cadornega de 1680, é um “*conquistador antigo*”, “*o mais antigo que [neste Reinos] hay*”²⁶. Quando escreve, tem cerca de quarenta anos de presença na colónia, muitos deles passados em contacto com estruturas africanas. Não nos fornece apenas descrições de factos históricos e de lugares. Transmite-nos uma acumulação individual e colectiva de conhecimentos e de saberes sobre a África Central Ocidental, adquiridos uns através da sua experiência pessoal, outros através da transmissão dos saberes de outros colonos. Podemos legitimamente pensar que exprime não só a sua própria opinião mas também uma opinião representativa da de muitos dos moradores portugueses de Angola.

A acumulação de saberes é muito visível não só na pormenorização das suas descrições mas também nas inúmeras palavras africanas que emprega. É nesta perspectiva que propomos analisar o sistema de representações produzido por Cadornega acerca dos africanos.

2 A questão da representação dos africanos

Depois de termos tentado determinar a singularidade e o significado da obra, passamos a abordar a questão da representação dos africanos. O facto de colocarmos o problema nestes termos exige que se defina o que entendemos pelas noções de *representação* e de *africanos*.

Por *representação*, entendemos a forma como o autor pretende caracterizar as populações africanas, para transmitir a sua percepção da realidade angolana ao leitor europeu a quem se dirige. A representação corresponde à combinação de factores mentais, sociais e políticos.

A partir da combinação de um discurso coerente e da experiência acumulada no terreno, o autor fabrica uma ideia da realidade que o rodeia e dos povos africanos com quem comunica. Os elementos “objectivamente” observados e a sua percepção “subjectiva”, conduzem à elaboração de um sistema representativo, composto por ideias e imagens coerentes. Trata-se de um discurso estruturado em torno de objectivos claros, em adequação com o discurso político que anteriormente evocámos.

²⁶ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 10.

A noção de *africano* é mais problemática. Antes de mais, convém esclarecer que este termo, tal como o de *África*, não aparece no relato de Cadornega para designar um conceito relativo a Angola, mas sim à actual África do Norte. No século XVII, a parte negra do continente africano era designada pelo termo *Etiópia*²⁷, e a região do Congo e de Angola era designada mais particularmente pela expressão *Etiópia Ocidental*. Quando, neste texto, empregamos os termos *África* ou *africanos*, referimo-nos pois às suas acepções contemporâneas.

Depois de termos esclarecido este possível equívoco em relação ao emprego destes termos, permanece a necessidade de interrogar o discurso de Cadornega respeitante à representação dos africanos. Podemos nele distinguir dois níveis. Um primeiro nível, que transmite uma imagem global do africano, e um segundo nível, onde estão patentes as caracterizações elaboradas por Cadornega graças ao seu conhecimento do terreno. Na segunda parte deste texto, pretendemos confrontar os dois níveis deste discurso, interrogar os conceitos nele desenvolvidos e em seguida ver para que sistemas referenciais ideológicos remetem.

2.1 A imagem global do africano

Para nomear o africano, isto é, o “outro” o “extra-europeu”, deparamos com uma série de designações de ordem geral, que não escapam, em certos aspectos, aos estereótipos próprios daquele tempo. Refere-se nomeadamente a alegada preguiça ou falta de lealdade dos africanos. As qualidades objectivamente reconhecidas podem ser mencionadas, mas são atenuadas por uma expressão concessiva, reveladora de uma mentalidade que considera que certas qualidades são antinómicas com a natureza dos africanos. Podemos citar alguns exemplos significativos : em referência a um africano que combate do lado dos portugueses, encontramos “*valente homem ainda que de cores pretas*”²⁸. Refere-se também um “*negro inteligente*”²⁹, “*bons negros*”³⁰. Nestes dois exemplos, as associações surgem com valor de oxímoros, porque evidentemente quem na época dizia *negro* não podia dizer *inteligente* nem *bom* ! Escritor claramente influenciado por

²⁷ A apelação de Etiópia para designar o que hoje é frequentemente denominado por África negra era comum no século XVII. A este respeito, o Rafael Bluteau dá a seguinte definição de Etiópia : “Ethiopia. Região da Africa debaixo da Zona torrida, entre a Arabia, & o Egypto, alem do rio Niger, de hum a outro Oceano”. Rafael BLUTEAU, *Vocabulario Portuguez & Latino*, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, 10 vols., 3º tomo, p. 354.

²⁸ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 134.

²⁹ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 309.

³⁰ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 311.

valores militares, Cadornega reconhece, no entanto, a coragem dos seus inimigos africanos : “*valoroso gentio*”³¹, “*valerosos e difformidaveis Jagas*”³².

A ideia de “multidão” para designar o africano encontra-se com certa frequência, nomeadamente nos relatos dos combates. São recorrentes as expressões do tipo “*multidão de gente*”³³; “*gentio numeroso*”³⁴; “*immensidade de Gentio*”³⁵; “*tanta multidão*”³⁶; “*innumeravel gentio, o que he cousa impossivel numeralo*”³⁷; “*multidão do gentio da terra*”³⁸.

Esta ideia serve para pôr em realce o mérito militar dos colonos, que, sendo poucos, conseguiam combater e vencer “inúmeros gentios”. Em contrapartida, mostra as dificuldades com que os portugueses se deparavam para controlarem o espaço e as populações daquela região. Revela, na verdade, o sentimento do autor de que os portugueses não dominavam espacialmente a região, mas apenas algumas rotas comerciais, e mesmo assim unicamente graças a alianças com estruturas africanas.

Estes conceitos revestem um forte teor ideológico e servem para depreciar os africanos e justificar a conquista territorial e a evangelização³⁹. Mas esta tentativa de uniformização e de simplificação⁴⁰ do africano é contrabalançada pelo uso de um amplo leque lexical para o descrever.

O breve levantamento a que aqui procedemos, mostra que a multiplicidade de termos usados por Cadornega remete tanto para noções sociais como políticas, étnicas, militares ou ainda culturais. Por outro lado, os sistemas referenciais a que pertencem os termos utilizados são tanto o europeu como o africano.

2.2 O léxico e a delimitação dos grupos

Começamos por proceder a um levantamento não exaustivo e não ordenado dos principais termos utilizados na obra :

³¹ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p. 94.

³² António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p. 104.

³³ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p. 93.

³⁴ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p. 95.

³⁵ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p. 98.

³⁶ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p. 106.

³⁷ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 3º tomo, p. 51.

³⁸ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 3º tomo, p. 137.

³⁹ Carmen Bernard estabelece uma relação entre a ideia de conquista territorial e a ideia de conquista espiritual. Carmen BERNAND, Serge GRUZINSKI, De l’idolatrie : *Une archéologie des sciences religieuses*, Paris, Seuil, 1988, p. 6.

⁴⁰ José Horta observa que os cronistas portugueses não descreverem as feições dos africanos no contexto da Senegâmbia nos séculos XV e XVI. José HORTA, “Primeiros olhares sobre o africanos do Sara Ocidental à Serra Leoa (meados do século XV – inícios do século XVI)”, in António Luís FERRONHA, *O Confronto do Olhar: O encontro dos povos na época das Navegações portuguesas Séculos XV e XVI*, Lisboa, Caminho, 1991, pp. 41-126.

“*ambundainha, angolambole, bárbaros, cangoandas, crioulo, dembos, embululo, empacaceiros, Emvala inene, escravos, fidalgos, filhos da terra, ganga, gente forra, gentio, gingo, guerra preta, idolatras, inimigos, jagas, lingoa, macotas, Mani, mixilunda, monambios, mucama, mucunzes, mukuluntu, mulatos, Muto Aita, naturaes da terra, negros, pardo, peça, pombeiro, pombo, pretos, pungá, quiambole, quijico, quilambas, quimbares, quimpaco, quissamas, Samba Enzila, sambatandala, sova, tandala, vassalos*”⁴¹.

Esta multiplicidade de termos patenteia uma grande complexidade na designação e na categorização dos africanos. Constatamos também que surgem imbricados termos que pertencem tanto ao sistema referencial europeu como ao sistema referencial africano. Os diversos critérios utilizados permitem-nos efectuar diferentes níveis de análise do discurso. As principais ideias desenvolvidas dizem respeito a noções sociais, religiosas, étnico-políticas, étnico-raciais, políticas ou ainda militares.

Cadornega emprega várias palavras para distinguir o estatuto social de indivíduos ou de grupos. Nesta categoria podemos incluir, *peças*⁴² e *escravos*⁴³, *forros*⁴⁴, *fidalgos*⁴⁵ e *vassalos*⁴⁶. Estas palavras remetem para conceitos existentes na Europa, embora eventualmente com significados diferentes. Os grupos assim

⁴¹ Convém mencionar que Cadornega também utiliza uma multiplicidade de palavras para designar os diferentes tipos de agentes coloniais. Refere assim : “conquistadores, moradores, portugueses, filhos da terra, holandeses, belgas, flamengos, espanhóis, gente de nação, filhos da terra, baquiano etc.”. Esta lista, não exaustiva, mostra a multiplicidade de grupos existentes em Angola e a variedade de níveis de designação, o que torna a questão da caracterização muito complexa.

⁴² A peça, também peça da Índia, era o termo que designava um escravo adulto masculino. Adriano PARREIRA, *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola séculos XV-XVII*, Lisboa, Estampa, 1990, p. 94.

⁴³ O sentido de escravo no século XVII era próximo do sentido que tem hoje. No *Vocabulário Português & Latino* temos a seguinte entrada para Escravo : “Aquelle, que naceo cativo, ou foi vendido, & está debaixo do poder de Senhor”. Rafael BLUTEAU, *Vocabulário...*, cit., 3º tomo, p. 225

⁴⁴ A gente forra, ou os forros eram os escravos livres ou libertados. Rafael BLUTEAU, *Vocabulário...*, cit., 4º tomo, p. 182.

⁴⁵ No contexto ibérico, este termo correspondia a um estatuto social definido e relacionado com a ideia de nobreza. Certos fidalgos eram nomeados para desempenharem cargos administrativos em Angola, nomeadamente os cargos mais altos. No entanto, no contexto angolano, a palavra fidalgo também era utilizada para designar os mais altos representantes das estruturas políticas africanas. Por exemplo, encontramos frequentemente a expressão “sova fidalgo”. Nesta expressão são associadas duas palavras que remetem para dois sistemas referenciais distintos. A noção de sova, isto é chefe africano, é associada à noção de fidalgo, isto é nobre. No entanto, estes “fidalgos” não tinham o mesmo estatuto que os fidalgos portugueses.

⁴⁶ No *Vocabulário Português & Latino*, R. Bluteau diz-nos que vassalo significa o mesmo que súbdito. Rafael BLUTEAU, *Vocabulário...*, cit., 8º tomo, p. 373-374. No contexto angolano, o termo vassalo era relativo não só aos portugueses que estavam em Angola, de forma definitiva ou não, como também aos chefes africanos reconhecidos como vassalos do rei de Portugal.

designados desempenham uma função social definida no espaço colonial, e os seus contornos jurídicos são relativamente claros. As *peças* e os *escravos*, que se situavam na base da escala social, eram considerados pelos colonos e pelos comerciantes como um produto de exportação ou como mão de obra. Os *forros* representavam uma massa de escravos libertos que constituíam uma importante reserva de mão de obra para os portugueses. No topo da escala social encontravam-se os *fidalgos*, que constituíam, em princípio, os responsáveis políticos das estruturas africanas. O termo *vassalo* implica a existência de uma aliança entre africanos e portugueses. No século XVII em Angola, este termo designava um chefe africano que reconhecera a autoridade do rei de Portugal⁴⁷. Devemos mencionar, todavia, que o estatuto de *vassalo* tinha um carácter aleatório na medida em que as alianças entre portugueses e africanos eram muito flutuantes. Para designar a hierarquia política do Congo, também são usados termos que remetem para a realidade europeia : os principais chefes congueses são designados como *duques* e *condes*. O estatuto de escravo em contexto africano é nomeado pelas palavras *quijico*⁴⁸ e *mucama*⁴⁹, embora sejam empregadas muito menos frequentemente.

Já mencionámos que uma das ideias centrais da obra é a noção de conquista, associada à de evangelização. Este aspecto ideológico expressa-se através das palavras *bárbaro*⁵⁰, *gentio*⁵¹, *idolatra*⁵², que desempenham um papel particularmente importante no esquema representativo de Cadornega. Embora

⁴⁷ Sobre o conceito de *vassalos* e de *vassalagem* em Angola no século XVII, ver Beatrix HEINTZE, “The Angolan Vassal Tributes of the 17th Century”, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 6 (1980), p. 57-78; e Beatrix HEINTZE, “Luso-african feudalism ? The vassal treaties of the 16th to the 18th century”, in *Revista Internacional de História de África*, n.º 18 (1980), pp. 111-131.

⁴⁸ José Matias Delgado, o anotador de História Geral das Guerras Angolanas diz-nos que “filho de kijuku eram chamados os escravos, ou prisioneiros de guerra”. António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 620.

⁴⁹ Segundo José Matias Delgado, era uma “escrava a serviço interno da casa”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 618.

⁵⁰ A propósito do substantivo *bárbaro*, Rafael Bluteau dá a seguinte definição : “Assim chamaraõ os Gregos, & e depois delles os Romanos, a todos os que não eraõ da sua naçaõ, & que não fallavaõ a sua lingoa, como hoje o povo de Portugal chama a todos os Estrangeiros”. Rafael BLUTEAU, *Vocabulario...*, cit., 2º tomo, p. 46.

⁵¹ O termo *gentio* significa o mesmo que *pagão*, Rafael BLUTEAU, *Vocabulario...*, cit., 4º tomo, p. 57. Na entrada adicional do mesmo dicionário, é-nos dada a seguinte definição: “(...) por esta palavra (...), entendem os Christãos a Gente, que fica na mesma fôrma, que foy Gerada; e assim não foy circuncidada, como saõ os Judeos, nem he bautizada, como saõ os Christãos; mas permanecendo In puris naturalibus, está como sahio do ventre da mãy, e não conhece a Deos, nem cousa sua”, Rafael BLUTEAU, *Vocabulario...*, cit., 9º tomo, p. 455. Para uma contribuição recente sobre a noção de *gentio* ver José HORTA, “A categoria de *Gentio* em Diogo de Sá : funções e níveis de significação”, in *Clio*, vol. 10 (2004), pp. 135-156.

⁵² O termo de *idolatra*, remete para a noção de adoração das imagens pelos *gentios*. Rafael BLUTEAU, *Vocabulario...*, cit., 4º tomo, pp. 31-34.

não tenhamos feito um levantamento quantitativo das ocorrências, parece que são substancialmente mais usadas do que outras palavras. A sua frequente utilização impregna o texto da ideia de evangelização. De forma quase sistemática, o termo gentio, ou seja, aquele que não é católico, é conotado negativamente: pode ser *diabólico*, *inimigo*, *traidor*, *desleal*, *idólatra*, *belicoso* ou ainda *bárbaro*. As palavras supracitadas têm a sua contrapartida: os *bárbaros*, os *gentios* e os *idólatras* designam o africano sem religião, que ainda não foi evangelizado, por oposição ao africano *bautizado*.

A ideia de conquista também remete para a dimensão militar, presente no próprio título da obra. Para designar as estruturas militares africanas, utiliza-se uma grande variedade lexical. Graças ao seu grande conhecimento do sertão, Cadornega relata em pormenor a organização e hierarquização destas estruturas militares. Entre outras palavras podemos citar: *angolambole*⁵³, *cangoandas*⁵⁴, *embululo*⁵⁵, *empacaceiros*⁵⁶, *guerra preta*⁵⁷, *jagas*⁵⁸,

⁵³ O anotador da *História...*, dá-nos a seguinte definição: “Era entre os pretos o cargo equivalente ao nosso capitão geral de gente de guerra”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 611. Segundo Adriano Parreira, Ngola Ambole é um “título militar no Ndongo”, Adriano PARREIRA, *Dicionário...*, cit., p. 85.

⁵⁴ A propósito desta palavra, José Matias Delgado diz-nos “Eram assim chamados os soldados crioulos de S. Thomé e de Loanda ou de Angola os quaes eram vestidos à portuguesa”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 612.

⁵⁵ Segundo Adriano Parreira, Embululo era o “corpo militar da rainha Jinga constituído por jovens rapazes capturados nas guerras, e que formavam parte do seu kilombo”. Adriano PARREIRA, *Dicionário...*, cit., p. 41.

⁵⁶ De Empacasseiros, o anotador da *História...*, dá a seguinte definição: “Eram os caçadores dos “empacassos”; empacassas (então mpakasa, hoje – pakasa) é o boi selvagem. Para estes animais serem caçados eram necessários homens valentes destemidos e bons atiradores”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 613. Para Adriano Parreira, o termo empacaceiro tinha dois significados: em primeiro lugar eram “tropas regulares que usavam armas de fogo, e que acompanhavam o exército português nas campanhas militares no interior de Angola”; em segundo lugar era “o mesmo que Kilamba”, isto é “capitães assalariados de guerra preta”. Adriano PARREIRA, *Dicionário...*, cit., pp. 41-42.

⁵⁷ Este termo era utilizado para designar as tropas africanas que auxiliavam os Portugueses durante as suas campanhas militares.

⁵⁸ O termo Jaga é problemático e não existe consenso científico sobre o seu significado. Adriano Parreira, dá-nos vários sentidos para esta palavra. Pode corresponder a uma designação para o grupo dos Imbangalas; pode significar “Grupo multi-étnicos de guerreiros, que foram o eixo das alianças entre todas as principais autoridades da região, durante o século XVII”; pode ainda designar uma “Pessoa principal na província de Guenguela”. Adriano PARREIRA, *Dicionário...*, cit., p. 53. No contexto da *História...*, o termo Jaga designa muitas vezes um tipo de organização social e militar, que corresponde ao segundo sentido dado por Adriano Parreira. Em várias ocasiões, os Jagas foram auxiliares militares africanos dos portugueses, contra outras estruturas africanas ou contra os neerlandeses, quando estes ocuparam Luanda. Sobre este assunto, ver também a polémica entre Joseph Miller e John Thornton. Joseph MILLER, “Requiem for the Jagas”, in *Cahiers d’Etudes Africaines*, n.º 13 (1973), pp. 121-149; e John

*Muto Aita*⁵⁹, *pombo*⁶⁰, *quiambolé*⁶¹, *quilambas*⁶², *sambatandala*⁶³, *tandala*⁶⁴. Reparámos na clara predominância dos termos africanos neste domínio. Isto indica-nos, por um lado, a apropriação, por parte dos portugueses, dos conceitos veiculados por estas palavras, e por outro, a imbricação das estruturas militares portuguesas e africanas. Com efeito, para poderem levar a cabo as suas campanhas militares, os portugueses recorriam constantemente a tropas auxiliares, chamadas ora *guerra preta*, ora *jagas*. Se estas tropas auxiliares agiam segundo os interesses dos portugueses, mantinham, no entanto, a sua própria hierarquia militar.

No que diz respeito às estruturas e hierarquias políticas das entidades africanas, Cadornega fornece-nos informações importantes e detalhadas, recorrendo, também neste caso, exclusivamente a palavras africanas: *Emvala inene*⁶⁵, *ganga*⁶⁶, *gingo*⁶⁷,

THORTON, “A Resurrection for the Jaga”, in Cahiers d’Etudes Africaines, n.º 18 (1978), pp. 223-227.

⁵⁹ Segundo Cadornega, esta palavra “quer dizer Cabeça da guerra, Muto he Cabeça, Ita a guerra”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, 1º tomo, p. 458.

⁶⁰ Esta palavra é utilizada para designar a “gente que ia na vanguarda de um exercito para descobrir terreno”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 619.

⁶¹ Segundo José Matias Delgado, “era o capitão mor da gente preta”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 620. Segundo Cadornega, “vale tanto como capitão geral”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 3º tomo, p. 229.

⁶² Para este termo, Adriano Parreira dá-nos diferentes significados. Quilamba pode designar “capitães assalariados de guerra preta”, “sobas aliados dos portugueses, com quem colaboravam no comércio de escravos”. Adriano PARREIRA, *Dicionário...*, cit., p. 58. Diz-nos ainda que significa o mesmo que empacaceiro.

⁶³ Termo para designar “a segunda pessoa do governo ou comando da guerra preta”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 620.

⁶⁴ Segundo Cadornega, esta palavra designava o “capitão mór da guerra preta”, mas o tandala também podia servir de intérprete. António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 185

⁶⁵ A propósito deste termo, José Matias Delgado diz-nos “mvala era (e é) a primeira mulher do soba; mvala inene, concubina grande, principal”. António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 614.

⁶⁶ O anotador da *História...*, explica-nos que ganga “era o adivinho, feiticeiro, medico e curandeiro. Aos padres católicos chamavam – nganga ia missa”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 615. Cadornega diz-nos : “chamão aos seus Medicos e Surgioens; E ganga Amiça chamão aos nosso Sacerdotes”. António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 423. A respeito desta palavra, Adriano Parreira diz-nos que se trata de um “ritualista que com a ajuda dos nkisi, restitui a integridade do homem e da sociedade”. Adriano PARREIRA, *Dicionário...*, cit., p. 84.

⁶⁷ Sobre esta palavra, José Matias Delgado escreve : “Diz o autor que eram os herdeiros ou sucessores presuntivos dos sobas. Não sei se era ngingu (ngingu) ou njingu; como o autor não escreve bem o kimbundu, não se pode saber isto e também, não sei se qualquer das formas é hoje usada com este sentido”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 615.

*macotas*⁶⁸, *mani*⁶⁹, *mucunzes*⁷⁰, *mukuluntu*⁷¹, *punga*⁷², *quimpaco*⁷³, *Samba Enzila*⁷⁴, *sova*⁷⁵.

Estes termos comportam informações pormenorizadas sobre a organização do poder no seio das entidades com quem os portugueses comunicavam. Temos desta forma ideia de como eram tomadas as decisões políticas, como se transmitia o poder ou como circulavam as informações. O termo *sova*, que designa um conceito político objectivo, pode ser conotado ora positivamente, se o dito *sova* for *vassalo* dos portugueses, ora negativamente, quando é *rebelde* ou *alevantado*, e portanto inimigo dos portugueses.

Quanto aos critérios étnico-políticos, Cadornega utiliza as palavras: *ambundainha*⁷⁶, *dembo*⁷⁷, *mixilunda*⁷⁸, *nambios*⁷⁹ (ou *monambios*), *quissamas*⁸⁰. Trata-se de termos de origem africana, tendo alguns deles sido aportuguesadas. Correspondem a grupos consolidados, embora com graus de centralização do poder mais ou menos importantes. Estes grupos, que ocupam territórios

⁶⁸ Makota é “plural de dikota; o mais velho, conselheiro de soba. Significa homens velhos”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p 616. Adriano Parreira, apoiando-se em várias fontes, dá-nos diferentes sentidos desta palavra: “indivíduo importante num sobado”, “conselheiro dos sobas”, um título Lunda do século XVI, “um cidadão do conselho de paz e guerra de uma autoridade” ou ainda um “indivíduo mais idoso de uma linhagem mbundu”. Adriano PARREIRA, *Dicionário...*, cit., p. 67. De forma genérica, os macota eram os conselheiros políticos numa estrutura africana.

⁶⁹ O termo Mani significa chefe na área mbundu.

⁷⁰ Mucunze significava “embaixador, enviado”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p 618.

⁷¹ Mukuluntu é uma “palavra do Congo que quer dizer – chefe superior”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p 372.

⁷² Punga era “conselheiro”. António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p 433. Para Adriana Parreira, significava, no Congo “um funcionário enviado para exigir a entrega de um criminoso”, ou ainda “pagem”. Adriano PARREIRA, *Dicionário...*, cit., p. 96.

⁷³ Segundo Cadornega, Quimpaco “na lingua Muxicomga quer dizer feiticeiro”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 217.

⁷⁴ Esta palavra significava “segunda mulher do soba”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 620.

⁷⁵ No espaço angolano, era o termo mais frequente para designar os chefes políticos africanos. Esta palavra aparece no dicionário organizado por Rafael Bluteau. Rafael BLUTEAU, *Vocabulário...*, cit., 7º tomo, p. 741.

⁷⁶ José Matias Delgado diz-nos que a *ambundainha* é “gente ambunda”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 99.

⁷⁷ Eram os habitantes da região do mesmo nome, situada entre os reinos do Ndongo e do Congo.

⁷⁸ Assim eram designados os habitantes da Ilha de Luanda.

⁷⁹ Segundo Adriano Parreira eram “marinheiros, pilotos e pescadores que habitavam o morro com o mesmo nome sobre a barra do rio Kwanza. Eram eles que manobravam as embarcações portuguesas na entrada e saída da barra do rio Kwanza”. Adriano PARREIRA, *Dicionário...*, cit., p. 96.

⁸⁰ Palavra para designar a população que mora na região do mesmo nome, situada a sul do rio Cuanza.

determinados e que têm características linguísticas e culturais identificáveis, são os principais interlocutores dos portugueses. A sua descrição fornece-nos uma noção relativamente precisa da organização e dos equilíbrios políticos da região de Luanda e do seu sertão, que passamos a enumerar. A *ambundainha*, isto é, os mbundu, cuja principal estrutura política é o reino do Ndongo, é o grupo populacional mais importante naquela região. Os *mbundu* falam quimbundu e constituem um dos grupos que tiveram mais contactos com os portugueses no processo de colonização de Angola. Os *mixilunda*, habitantes da Ilha de Luanda, eram, no século XVII, súbditos do rei Congo. O seu papel económico era importante, dado que na ilha de Luanda eram apanhados os *zimbo*s, conchas que serviam de moeda no reino do Congo. Os *dembo* constituem um grupo que se situa entre os reinos do Congo e do Ndongo. Até ao século XVI, dependeram do reino do Congo, emancipando-se daquela tutela no século seguinte. Desempenharam um papel importante, de um ponto de vista económico e militar, sendo alternadamente aliados ou inimigos dos Portugueses. Não constituíam uma estrutura política centralizada. Os *quissama*, que no século XVII não foram vencidos pelos portugueses, situavam-se a sul do território onde os portugueses tinham os seus presídios ocupando uma posição estratégica importante. Nas suas terras encontravam-se minas de sal, que os portugueses cobiçavam, nomeadamente para poderem financiar o seu projecto colonial. Os *nambios* situavam-se na barra do rio Cuanza. Embora a sua implantação territorial fosse reduzida, eram utilizados pelos portugueses para entrar ou sair do rio Cuanza, principal eixo de navegação do *hinterland* de Luanda.

No registo étnico-racial, encontramos ora palavras relativas ao lugar de nascimento ora relativas à cor da pele. *Filhos da terra*⁸¹ e *naturais da terra*, são expressões com o mesmo significado que colocam o lugar de nascimento como elemento distintivo. Este elemento irreduzível serve para designar o grupo dos que nasceram em África, por oposição aos europeus. Se esta categoria está assente num critério claramente definível, o mesmo não se pode dizer da questão da cor da pele, que merece uma atenção particular pelo peso que ocupa na questão colonial. Ao longo dos três tomos da *História...*, encontramos *crioulos*⁸²,

⁸¹ Eram considerados filhos da terra aqueles que tinham nascido em Angola. A expressão filhos da terra tinha um significado próximo da expressão naturais da terra, também utilizada por Cadornega. Aplicava-se tanto a negros, que a brancos ou a mestiços nascidos em Angola.

⁸² Para Adriano Parreira, o crioulo em Angola era no século XVII “um indivíduo mestiço, de ascendência europeia a africana”, Adriano PARREIRA, *Dicionário...*, cit., p. 38. No seu dicionário, Rafael Bluteau dá-nos um sentido diferente à palavra crioulo: “Crioulo. Escravo, que nasceo na casa do seu Senhor”. Rafael BLUTEAU, *Vocabulário...*, cit., 2º tomo, p. 613.

*mulatos*⁸³, *negros*⁸⁴, *pardos*⁸⁵ e *pretos*⁸⁶. Todos estes termos constituem elementos de identificação por oposição aos brancos. Entre os dois extremos do leque de cores, branco e negro, existem vários vocábulos cujo significado não está claramente diferenciado. As três palavras citadas contêm a ideia de sangue misturado, sem terem todavia contornos herméticos. Convém mencionar que as palavras relativas a critérios de cor são menos empregadas, por exemplo, do que as palavras respeitantes ao estatuto religioso. Podemos referir também que *negro* é muitas vezes associado a termos positivos, *inteligente*, *bom*, ou neutros, quando se refere a pessoas geralmente baptizadas que se situam portanto do lado dos Portugueses e fazem parte do espaço colonial.

Por fim, é importante mencionar as palavras que designam estatutos ou grupos socio-económicos fruto das interações entre portugueses e africanos. Entre as mais significativas desta categoria, destacamos: *lingoa*⁸⁷, *pombeiro*⁸⁸, *quimbares*⁸⁹. Estes grupos são fundamentais por se situarem no fulcro da comunicação entre portugueses e africanos e permitirem o funcionamento económico da colónia e das redes comerciais do sertão angolano.

Na sua obra, Cadornega não nos dá uma imagem binária dos grupos africanos residindo apenas numa oposição Africano/Europeu. A sobreposição de níveis discursivos gerais, de teor mais ideológico e subjectivo, e de níveis discursivos pormenorizados, de teor mais descritivo e objectivo, proporciona uma caracterização variada dos africanos. Dá-nos conta da grande complexidade de grupos existentes no espaço colonial angolano em formação. Através da identificação destes grupos, Cadornega cria e cristaliza conceitos num sistema

⁸³ No século XVII, era considerado mulato “filho de branca, & negra [sic.], ou de negro, & de mulher branca”. Rafael BLUTEAU, *Vocabulario...*, cit., 5º tomo, p. 628.

⁸⁴ No início do século XVIII, era considerado negro um “Homem da terra dos negros, ou filho de pays negros”. Rafael BLUTEAU, *Vocabulario...*, cit., 5º tomo, p. 703. Esta noção tinha portanto uma conotação territorial e étnica.

⁸⁵ No *Vocabulario...*, o termo pardo é definido como equivalente de mulato. Rafael BLUTEAU, *Vocabulario...*, cit., 6º tomo, p. 165.

⁸⁶ No *Vocabulario...*, a palavra preto é associada à ideia de escravo. Rafael BLUTEAU, *Vocabulario...*, cit., 6º tomo, p. 727.

⁸⁷ “Lingoa” significava intérprete.

⁸⁸ Esta palavra que remete para uma realidade exclusivamente angolana, está presente no *Vocabulario...*: “Em Angola os Portuguezes chamão pombeyros aos seus escravos crioulos, a quem ensinãrão a ler, escrever, & contar, os quaes vão tratar com os negros, & comprallos”. Rafael BLUTEAU, *Vocabulario...*, cit., 6º tomo, p. 588.

⁸⁹ Cadornega diz-nos que é “gente forra, os mais delles lavradores, huns que assistem em esta villa e outros por seus arredores e he tanto o seu numero que com facilidade se não podem numerar, mas com ser dos pretos e gente branca e pardos são os que servem suas confrarias, como he a Senhora dos Remedios, e das Almas e a do Santo negro nas côres, e nas obras e santidade muito branco”; António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 3º tomo, p. 122. A. Parreira diz-nos também que é o mesmo que pumbeiro. Adriano PARREIRA, *Dicionário...*, cit., p. 58.

coerente de representações e de imagens. Reparamos que, em determinados casos, existe alguma porosidade nos limites dos grupos. Devemos atribuir estas flutuações semânticas ao facto de os termos utilizados remeterem para realidades ainda não cristalizadas. É certo que a caracterização desta complexa realidade africana deve ser encarada como uma ferramenta política, fundamental para o conhecimento do “outro”, e por conseguinte para levar a cabo negociações com as estruturas políticas locais.

3 Os encontros diplomáticos e comerciais

As descrições dos encontros diplomáticos e comerciais revestem uma importância capital pela quantidade de informações nelas contidas. Tendo o relato a função concreta de identificação dos interlocutores dos portugueses no sertão angolano, o autor não se limita todavia a categorizar as populações locais. Baseando-se na sua própria vivência, descreve pormenorizadamente todos os encontros, fornecendo desta forma uma espécie de guia das relações entre portugueses e africanos.

Com efeito, estas descrições são fundamentais para entendermos a forma como europeus, maioritariamente portugueses, e africanos comunicavam. Estes encontros constituíam lugares de negociação, espaços de interacção e de intercâmbio económico, político ou ainda cultural.

Nesta terceira parte debruçar-nos-emos sobre diferentes aspectos relativos aos encontros entre portugueses e africanos, com o objectivo de melhor entendermos o seu funcionamento e as suas dinâmicas. Começaremos por reflectir sobre a importância do processo negocial no conjunto das relações luso-africanas. Trata-se de uma reflexão relevante se considerarmos que o contexto angolano do século XVII era fortemente marcado por uma coabitação conflituosa. Em segundo lugar, pretendemos debruçar-nos sobre a configuração e a organização das embaixadas, para fornecermos uma sucinta descrição destes encontros. Em terceiro lugar parece-nos importante tentar saber que modelo jurídico regia as negociações e os acordos diplomáticos. Por fim, propomo-nos estudar sucintamente o decorrer das negociações, para tentar determinar que pessoas ou grupos levavam as negociações a cabo.

3.1 A importância do processo negocial

Antes de mais, convém esclarecer que as negociações não eram um processo hermeticamente delimitado. Constituía um dos aspectos das relações luso-africanas, que se imbricava e se articulava com as relações militares. As negociações eram, aliás intrinsecamente vinculadas ao processo de colonização. Para esclarecer o leitor sobre a génese do processo negocial na região do Congo e de Angola, Cadornega lembra-nos a forma como os portugueses comunicavam

com os Africanos quando Diogo Cão chegou à barra do rio Zaire em 1483 : “o nosso descobridor achou gentio de huma parte e outra, de lingoa que se não entendia; e só por senhas soube delles que tinham rei”⁹⁰.

As palavras *embaixada*, *embaixador*, *enviado* são recorrentes para designar as comitivas enviadas de um poder político ao outro com o objectivo de negociar questões diplomáticas ou comerciais. Constatamos o uso de palavras africanas, como por exemplo “*mucunze*”, que significa “enviado”. Ao longo dos três tomos da *História Geral das Guerras Angolanas* existem pouco menos de cinquenta excertos em que são referidas embaixadas. No entanto, as embaixadas mencionadas não beneficiam todas da mesma atenção por parte do autor. Algumas são apenas referidas; de outras, só conhecemos os pormenores de preparação e eventualmente os seus resultados; a propósito de outras, enfim, temos um relato pormenorizado.

A recorrência de termos relativos à ideia de negociação demonstra que a acção diplomática e negocial entre sociedades de cultura portuguesa e sociedades de cultura africana era uma prática fortemente interiorizada no contexto angolano do século XVII. Além disso, a menção destes encontros, que muitas vezes se concluíam pela assinatura de um tratado, implica que portugueses e africanos se reconheçam mutuamente como interlocutores do processo negocial. A prática diplomática parece assim tão importante quanto a prática militar nas relações luso-africanas.

3.2 A configuração e a composição das embaixadas

As embaixadas podiam obedecer a vários padrões quanto aos interlocutores nelas envolvidos. Cadornega menciona embaixadas portuguesas que se deslocavam para o sertão para negociarem com os poderes africanos; embaixadas africanas que iam até Luanda, ou até um *presídio* para encontrarem os representantes portugueses; embaixadas africanas que encontravam outra estrutura política africana; por fim, trocas de enviados entre os poderes africanos e os representantes da WIC, quando esta companhia se apoderou de Luanda, de 1641 a 1648. Neste trabalho, apenas consideraremos as embaixadas trocadas entre os poderes portugueses e africanos.

As embaixadas portuguesas eram comitivas compostas por numerosas e variadas pessoas. Eram compostas por brancos, nomeadamente colonos experimentados, os chamados “*conquistadores antigos*” ou “*gente práctica da terra*”, ou ainda os soldados “*baquianos*”, e, às vezes, os missionários; crioulos, nomeadamente intérpretes, os chamados *lingoa*; e africanos, que eram escravos e

⁹⁰ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 3º tomo, pp. 285-286.

“*guerra preta*”, isto é, tropas auxiliares africanas. Nestas embaixadas, a dimensão militar não deixava de ser importante num contexto em que os portugueses não dominavam o espaço. Precisavam portanto de se deslocar com um número importante de soldados para poderem resistir aos eventuais ataques dos seus adversários. Além disso, a presença dos soldados era importante no processo negocial, dado que, ao mostrarem a sua força militar, tentavam criar uma relação de força que lhes fosse favorável e os dignificasse perante os seus interlocutores. Cadornega dá-nos uma ideia da composição de uma embaixada portuguesa no seguinte exemplo : “ *[Gaspar Borges Madureira] partio para aquella Embaixada com grande apparato, levando dous Cavallos que tinha seus, (...) levando também alguns homens brancos para o assistirem, e muita sua Escravarria de que era abundozo*”⁹¹.

É importante salientar que os governadores portugueses raramente participavam destas embaixadas. E fizeram-no cada vez menos com o avançar do tempo, preferindo permanecer em Luanda. No entanto, participavam do processo negocial ao receberem as embaixadas africanas que vinham a Luanda.

Dispomos de algumas descrições de embaixadas africanas que se deslocaram até aos centros de poder portugueses. As mais fiáveis são, naturalmente, as que se referem a acontecimentos que Cadornega presenciou. Estas embaixadas podiam ser compostas por alguns enviados africanos, que traziam uma mensagem oral ou uma carta escrita pelo seu chefe político. No caso dos estados mais poderosos, nomeadamente quando se tratava do reino do Congo, os embaixadores podiam ser missionários.

3.3 O sistema jurídico adoptado

Os encontros entre portugueses e africanos colocam logicamente o problema de saber quais, das normas jurídicas africanas ou europeias, eram aplicadas para comunicar e celebrar acordos políticos. A resposta não pode ser simples nem categórica. Em História Geral das Guerras Angolanas temos notícia de que os europeus se apropriaram de normas africanas e de que o mesmo aconteceu com os africanos em relação a normas europeias.

São referidos vários exemplos de missivas enviadas pelos poderes africanos ao poder colonial de Luanda⁹², quando é sabido que os africanos não utilizavam a escrita. As missivas explicam-se pela presença, junto dos chefes africanos, de missionários católicos, que lhes serviam de conselheiros e de escrivães, nomeadamente no que diz respeito à sua correspondência com outras entidades

⁹¹ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 211.

⁹² O fenómeno de penetração da escrita em Angola foi analisado em Catarina MADEIRA SANTOS, Ana Paula TAVARES, *Africae Monumenta : a apropriação da escrita pelos africanos*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.

políticas. Isto demonstra que os representantes católicos foram importantes vectores da penetração da escrita nas sociedades africanas. No que concerne ao espaço étnico-linguístico mbundu, observa-se que a utilização da escrita pelos africanos surgiu sobretudo a partir da segunda metade do século XVII, mas no Congo este processo é bastante mais antigo.

É importante salientar que, apesar destas cartas serem escritas em português, as negociações decorriam muitas vezes na língua utilizada pelo interlocutor africano. Por exemplo, assim se passou na ocasião das negociações relativas à ratificação da paz com os portugueses nos anos 1650 pela rainha Nzinga : “*E como ella mandava Embaixadores, alem da Carta de Crença fallarão e derão sua Embaixada na sua propria lingoa Ambunda, que por interprete se explicava ao governador e mais Circumstantes*”⁹³.

No sertão angolano, observamos uma interpenetração dos sistemas jurídicos africanos e europeus. No caso dos baptismos dos sovas, os chefes africanos escolhiam um padrinho português e um nome cristão. Estas cerimónias correspondiam à celebração de um acordo de paz. Para além de se tornarem católicos, os sovas baptizados passavam a ser considerados vassallos do rei de Portugal. No entanto a forma como eram celebrados os acordos inscrevia-se num sistema normativo africano : “*aquelles Sovas que se achavão presentes baterão todas as Palmas, pondo as mãos na terra, e depois nos peitos, Ceremonia entre elles de sujeição e agradecimento, promettendo de serem Leaes e Vassallos a el Rey de Portugal, e á Nação Portuguesa*”⁹⁴. De uma forma geral, as normas que regiam as relações entre portugueses e africanos permaneciam fortemente impregnadas pelas normas africanas. O exemplo mais característico desta realidade é o sistema de tributação. Cadornega designa-o pelas palavras de baculamento⁹⁵ e pezo⁹⁶ ou ainda pelo verbo undar⁹⁷ o que mostra que, nas relações de poder que tinham com as estruturas locais do sertão de Luanda, os portugueses utilizavam normas que existiam naquela região antes da sua chegada.

A coexistência dos dois sistemas podia ser ainda mais explícita, como atesta o seguinte exemplo, no qual Cadornega refere que um capitão português era

⁹³ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p. 131.

⁹⁴ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 452.

⁹⁵ Baculamento vem do verbo kubakula, que significa tributar, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 611.

⁹⁶ José Matias Delgado diz-nos “Parece que era um acto de vassalagem”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 619.

⁹⁷ A propósito deste termo, José Matias Delgado escreve : “É o verbo kuunda, que os portugueses traduziram por undar e que significa prestar vassalagem; mas o autor emprega-o no sentido de receber vassalagem. - Para que o undasse – para que lhe recebesse a vassalagem e lhe puzesse o pezo”. António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 621.

responsável tanto pela justiça africana “fazendo mocanos”⁹⁸, como pela justiça europeia : “Capitão mor [...] que [assiste] na bamza e povoação do dito Sova; administrando justiça e fazendo mocanos⁹⁹ ou averiguando contendas, assim entre os Sovas daquelle partido, como aos brancos e Pombeiros Comerciantes”¹⁰⁰.

3.4 As negociações

Nos encontros diplomáticos de que temos notícia, a capacidade de negociação dos portugueses é devidamente destacada : “para este Gentio todo o apparato e imperio he necessario, e isto he o que respeito”¹⁰¹. A propósito de embaixadores portugueses, Cadornega acrescenta : “e levava muito fausto e aparato como se requeria a hum embaixador Portugues”¹⁰². As negociações diplomáticas dependiam da imposição duma relação de força que passava pela ostentação militar, como já vimos quando fizemos referência às embaixadas. Para tentarem impressionar os africanos, os portugueses também recorriam ao artifício do aparato dos trajes e adornos dos emissários, recorrendo a uma técnica antiga, utilizada desde o início da Expansão sempre que se tratava de se apresentarem a um novo povo ou de negociar. No entanto, cabe mencionar que os exemplos acima referidos correspondem, em certa medida, a projecções e a imagens criadas pelos autor. Ao quererem utilizar fausto e aparato, os portugueses aceitavam a dimensão cerimonial dos encontros imposta pelos africanos. Nestas cerimónias, os africanos utilizavam instrumentos de música e simulavam batalhas, para conferir uma dimensão política e militar, com o intuito de impressionar os seus interlocutores, fossem eles portugueses ou oriundos de outra estrutura africana.

Com efeito, a capacidade e técnica de negociação não se encontravam apenas do lado dos portugueses. Cadornega refere, por exemplo, que o governador Pedro César de Menezes enviou, em 1639, Gaspar Borges de Madureira, experiente conhecedor do sertão angolano e rico comerciante de escravos, para negociar um acordo político com a rainha Nzinga, porque a rainha africana exigira que lhe fosse mandado um “morador dos principaes” para efectuar este encontro¹⁰³.

⁹⁸ Cadornega também refere a existência de um “juiz dos mocanos”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 3º tomo, p. 51.

⁹⁹ A propósito desta palavra, Cadornega diz-nos : “Mocano he fazer pleito e ouvir as partes de pé a pé, e ouvidas dar sentença”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, 2º tomo, cit., p. 305. Sobre a noção mucano ver também Catarina MADEIRA SANTOS, “Entre deux droits : les Lumières en Angola (1750-v. 1800)”, in *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, n.º 4 – 60e année (2005), pp.817-848.

¹⁰⁰ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p. 61.

¹⁰¹ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, pp. 209-210.

¹⁰² António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p. 35.

¹⁰³ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, pp. 211.

A ostentação de sinais de poder como arma negocial e política, era comum entre os responsáveis políticos africanos. O autor salienta o fausto do sítio onde a rainha Nzinga recebia os embaixadores dos outros poderes políticos africanos : “*em aquella grande caza recebia Embaixadores, principalmente os del Rey de Congo, (...) para o que tinha hum assento muito alto encostado á parede, que mandava cubrir de Veludos e sedas, assim o assento como as paredes, vestida ella de riquissimos pannos, ornada de muitas Joyas de ouro e Pedras, e chão cuberto de muitas peças de londres vermelho de Inglaterra, com suas ricas alcatifas em que se assentavão a Infanta sua Irmãa Dona Barbora, e a Rainha de Matamba*”¹⁰⁴.

3.5 Os mediadores

Por fim, cremos que é importante mencionarmos, mesmo sucintamente, outro aspecto relevante. A questão da negociação, e de forma mais geral das interacções entre portugueses e africanos, não pode ser encarada fazendo abstracção daqueles que permitiam a comunicação entre os dois universos. Ao longo de toda a obra, Cadornega menciona estes intermediários, que podiam ser colonos portugueses, a *gente experimentada, a gente práctica da terra, os soldados baquianos*¹⁰⁵, *os conquistadores antigos, os velhos sertanejos*¹⁰⁶, ou ainda os missionários. Estes agentes coloniais tinham acumulado uma vasta experiência e um grande conhecimento do terreno, depois de largos anos passados no sertão. Muitos deles falavam as línguas africanas. Mas a categoria dos intermediários era polimorfa, e também tinha a sua vertente “*africana*”. Os Luso-africanos¹⁰⁷, os “*mulatos e pardos*”¹⁰⁸, os “*freguezes (...) pardos e pretos, que vestem á portugueza*”¹⁰⁹, os “*negros (...) que nos servião de guias versados naquella terra*”¹¹⁰ eram quem fundamentalmente permitia o funcionamento das redes comerciais, aqueles por quem passavam as negociações entre colonos portugueses e poderes africanos.

¹⁰⁴ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, pp. 413-414.

¹⁰⁵ A propósito deste termo José Matias Delgado diz-nos “(...) gente já acostumada ao Sertão; já aclimado ao Sertão, ou que tem acostumado o seu organismo às condições do clima do Sertão”, António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 1º tomo, p. 600. Este termo também se empregava no contexto brasileiro.

¹⁰⁶ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p. 101.

¹⁰⁷ A propósito da noção de luso-africano ver Joseph MILLER, *Way of death : merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1988 ; e Peter MARK, “*Portuguese*” *style and Luso-African identity : precolonial senegambia, sixteenth-nineteenth centuries*, Bloomington, Indiana University Press, 2002.

¹⁰⁸ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 3º tomo, p. 30.

¹⁰⁹ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 3º tomo, p. 50.

¹¹⁰ António Oliveira de CADORNEGA, *História...*, cit., 2º tomo, p. 96.

4 À guisa de conclusão

O cotejo do discurso político de justificação da colonização com o relato dos encontros entre portugueses e africanos, coloca em destaque uma evidente tensão, que, de algum modo traduz a estreita ligação entre os universos africano e português, em Angola no século XVII. O discurso ideológico confronta-se com a descrição do terreno e do espaço geográfico de que os portugueses se pretendem apropriar. A acumulação dos saberes, a aprendizagem de Angola traduzem-se na elaboração de um discurso analítico que dá conta da complexa realidade do terreno. A caracterização dos grupos políticos, sociais e étnicos contribui para delimitar os contornos dos agentes coloniais, dos seus interlocutores e dos intermediários entre o mundo europeu e o mundo africano. As categorias identificadas são relevantes para entendermos não só a realidade angolana do século XVII, como também o conjunto do período colonial.

No que diz respeito à comunicação, observamos que tanto africanos como europeus mostram uma grande capacidade de apropriação dos elementos culturais, políticos e jurídicos recíprocos. A adaptação dos portugueses aos sistemas políticos, comerciais e negociais africanos, que é, antes de mais, ditada pelas necessidades do terreno, traduz-se na impregnação dos sistemas político-jurídicos e revela um grande pragmatismo por parte dos colonos. Nesta lógica de comunicação, são imprescindíveis as categorias de “intermediários”, entres outros, colonos sertanejos ou mestiços, porque servem de mediadores entre as diferentes estruturas políticas. É também graças a estes mediadores que os portugueses conseguem atingir os seus objectivos diplomáticos e comerciais.

No contexto das relações com os portugueses, os africanos mostram uma faculdade idêntica de absorver práticas sociais e políticas. Os encontros também evidenciam a sua grande capacidade de negociação.

Os elementos estudados neste texto não podem conduzir a uma conclusão definitiva. As ideias aqui apresentadas merecem continuar a ser desenvolvidas e confrontadas com as evoluções e dinâmicas históricas da região de Luanda. Nesta perspectiva, deve aproveitar-se a imensa riqueza documental de que dispomos relativamente a Angola. Os documentos portugueses que se encontram nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca da Ajuda em Lisboa, os documentos das missões jesuítas e capuchinhas, que se encontram essencialmente em Roma, ou ainda as fontes neerlandesas que se encontram no Arquivo Nacional de Haia, constituem um conjunto documental inestimável para o conhecimento das relações interculturais. A análise comparada e sistemática destas fontes documentais permitirão certamente ter uma visão mais abrangente sobre os problemas de representação e de comunicação em Angola.